

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 17.878.526/0001-71

NIRE nº 42 3 0004560-8

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque XXI S.A. (“CLWP XXI” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Campo Largo XXI é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Campo Largo XXI, com capacidade instalada 29,7 MW e garantia física de 15,2 MWm, localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A Campo Largo XXI possui ações ordinárias detidas pela CLWP Brasil Participações S.A. e pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia.

Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 111,6 GWh, desempenho 1,5% superior à observada em 2024, que foi de 109,9 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2025 atingiu 97,1%, 3,0 p.p. superior ao obtido em 2024, de 94,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	29.672	28.811	861	3,0
Lucro bruto	14.170	13.341	829	6,2
Resultado do serviço (Ebit)	13.990	13.135	855	6,5
Ebitda (Lajida) ¹	20.546	19.652	894	4,5
Resultado financeiro	(3.603)	(3.951)	348	(8,8)
Lucro líquido do exercício	8.191	6.683	1.508	22,6

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, substancialmente, pela atualização monetária dos contratos de vendas de energia com as distribuidoras e comercializadora e pelo reconhecimento de receita de créditos de carbono, atenuado pela redução das receitas de indenização por indisponibilidade e indenização de seguros reconhecidas.

Resultado financeiro: a variação do resultado financeiro é proveniente, substancialmente, do aumento dos juros de títulos e valores mobiliários e rendas de depósitos vinculados, parcialmente atenuado pelo decréscimo das rendas de aplicações financeiras e pelo aumento de juros e variação monetária sobre financiamentos.

Lucro líquido do exercício: o aumento é motivado pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração de CLWP Eólica Parque XXI S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2025.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
CNPJ Nº 17.878.526/0001-71| NIRE Nº 42 3 0004560-8
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.436	11.147
Contas a receber de clientes	5	4.381	4.152
Indenização por indisponibilidade a receber	13	-	346
Títulos e valores mobiliários	6	15.527	-
Outros ativos circulantes		480	1.633
		27.824	17.278
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	-	13.509
Depósitos vinculados	7	3.564	3.609
Outros ativos não circulantes		18	18
		3.582	17.136
Imobilizado	8	134.855	141.040
Intangível		150	31
		138.587	158.207
TOTAL		166.411	175.485
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.319	2.212
Dividendos	12	777	635
Financiamento	11	6.428	6.273
Ressarcimentos às distribuidoras	13	5.642	9.496
Outros passivos circulantes		620	999
		15.786	19.615
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.267	4.276
Financiamento	11	52.936	57.686
Ressarcimentos às distribuidoras	13	18.349	16.469
Provisão para desmobilização	8	5.724	5.233
Outros passivos não circulantes		240	-
		81.516	83.664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		60.702	60.702
Reservas de lucros		1.404	10.552
Dividendos adicionais propostos		7.003	952
		69.109	72.206
TOTAL		166.411	175.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
CNPJ Nº 17.878.526/0001-71| NIRE Nº 42 3 0004560-8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	29.672	28.811
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(6.556)	(6.517)
Serviços de terceiros		(4.028)	(4.627)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.901)	(1.821)
Energia elétrica comprada	17	(1.150)	(1.066)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(3)	(72)
Outros		(1.864)	(1.367)
		(15.502)	(15.470)
LUCRO BRUTO		14.170	13.341
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(180)	(206)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		13.990	13.135
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.062	1.297
Renda de depósitos vinculados		478	371
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	2.018	709
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(6.428)	(5.829)
Juros sobre fornecedores		(476)	(364)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(248)	(275)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		(9)	140
		(3.603)	(3.951)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.387	9.184
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(1.529)	(1.758)
Contribuição social		(667)	(743)
		(2.196)	(2.501)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.191	6.683

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.191	6.683
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.191	6.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
CNPJ Nº 17.878.526/0001-71 | NIRE Nº 42 3 0004560-8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 31.12.2023		84.660	659	5.528	959	-	91.806
Redução de capital		(23.958)	-	-	-	-	(23.958)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(959)	-	(959)
Dividendos intermediários		-	-	(731)	-	-	(731)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.683	6.683
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	334	-	-	(334)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(635)	(635)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	952	(952)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	4.762	-	(4.762)	-
Saldos em 31.12.2024	12	60.702	993	9.559	952	-	72.206
Dividendos intermediários		-	-	(9.559)	-	-	(9.559)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(952)	-	(952)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.191	8.191
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	411	-	-	(411)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(777)	(777)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	7.003	(7.003)	-
Saldos em 31.12.2025	12	60.702	1.404	-	7.003	-	69.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
CNPJ Nº 17.878.526/0001-71| NIRE Nº 42 3 0004560-8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	10.387	9.184
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.556	6.517
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.428	5.829
Juros sobre fornecedores	476	364
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	248	275
Juros sobre títulos e valores imobiliários	(2.018)	(709)
Renda de depósitos vinculados	(478)	(371)
Outros	142	(59)
Resultado antes dos tributos ajustado	21.741	21.030
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(229)	(382)
Indenização por indisponibilidade a receber	346	1.322
Outros ativos	848	(1.438)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	7	1.282
Ressarcimentos às distribuidoras	(1.974)	2.653
Outros passivos	7	(52)
Caixa gerado nas operações	20.746	24.415
Pagamentos de juros sobre financiamento	(4.746)	(5.165)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.273)	(2.667)
Caixa líquido das atividades operacionais	13.727	16.583
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos de valores mobiliários	-	(12.800)
Aplicação no imobilizado e no intangível	(538)	(890)
Caixa líquido das atividades de investimento	(538)	(13.690)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(23.958)
Pagamento de financiamento	(6.277)	(6.175)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	523	460
Dividendos pagos	(11.146)	(2.330)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(16.900)	(32.003)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.711)	(29.110)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	11.147	40.257
Saldo final	7.436	11.147
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.711)	(29.110)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
CNPJ Nº 17.878.526/0001-71| NIRE Nº 42 3 0004560-8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque XXI S.A. ("CLWP XXI" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 04.04.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo XXI ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW¹ e garantia física de 15,2 MW médios. Em 06.10.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 09.04.2026.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	545	2.049
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.891	9.098
	7.436	11.147

A Companhia é participante do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Distribuidoras	4.049	3.860
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	296	281
Transações realizadas na CCEE	36	11
	4.381	4.152

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 12.800. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários está apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2025
Aquisição	12.800
Juros	709
Saldo em 31.12.2024	13.509
Juros	2.018
Saldo em 31.12.2025	15.527

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros
12ª Emissão Série 4	12.800	CDI + 0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.564 (R\$ 3.609 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,7%	170.542	(45.121)	125.421	130.847
Edificações e benfeitorias	3,5%	6.613	(1.687)	4.926	5.156
Direito de uso de arrendamentos	2,2%	4.535	(516)	4.019	4.516
Móveis e utensílios	6,2%	20	(2)	18	16
Veículos	6,2%	4	-	4	4
		181.714	(47.326)	134.388	140.539
Em curso		467	-	467	501
		182.181	(47.326)	134.855	141.040

b) Muta o do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edifica�es e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	136.845	5.387	3.313	5	133	145.683
Ingressos	-	-	-	-	518	518
Provisão para desmobiliza�o	120	-	-	-	-	120
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Remensura�o	-	-	1.286	-	-	1.286
Transferências	134	-	-	16	(150)	-
Deprecia�o	(6.201)	(231)	(83)	(1)	-	(6.516)
Saldos em 31.12.2024	130.847	5.156	4.516	20	501	141.040
Ingressos	-	-	-	-	534	534
Provisão para desmobiliza�o	243	-	-	-	-	243
Baixas	(22)	-	-	-	-	(22)
Remensura�o	-	-	(384)	-	-	(384)
Transferências	565	-	-	3	(568)	-
Deprecia�o	(6.212)	(230)	(113)	(1)	-	(6.556)
Saldos em 31.12.2025	125.421	4.926	4.019	22	467	134.855

c) Provisão para desmobiliza o

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobiliza o de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o cáculo do valor presente   3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autoriza es. O saldo da provisão para desmobiliza o registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 5.724 (R\$ 5.233 em 31.12.2024), a varia o do saldo   decorrente de (i) juros e varia o monetária de R\$ 248 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 275 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 243 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cáculo da provisão (aumento de R\$ 120 em 2024).

d) Autoriza o do  rg o Regulador

A Companhia   detentora da autoriza o para explora o da Central Eólica Campo Largo XXI, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 08.2015.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	4.445	4.783
Fornecedores de materiais e serviços	1.419	1.010
Fornecedores de imobilizado	417	421
Encargos de uso da rede elétrica	163	154
Energia elétrica comprada	142	120
	6.586	6.488
Passivo circulante	2.319	2.212
Passivo não circulante	4.267	4.276
	6.586	6.488

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avalia o de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condi es financeiras e os resultados das opera es podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 12 meses 31.12.2025	Cenário Provável 31.12.2026	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
TJLP	9,1%	9,2%	0,1 p.p.	2,3 p.p.	-0,4 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
TJLP	59.364	49	(945)	157

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	59.364	63.959
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.564)	(3.609)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.436)	(11.147)
Dívida líquida	48.364	49.203
Patrimônio líquido	69.109	72.206
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,7	0,7

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes. Adicionalmente, a Companhia também possui contratos com a parte relacionada EBC, vigente até 2038, mitigando parte de seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	2.319	980	980	16.176	20.455
Financiamento	10.735	20.027	18.096	33.617	82.475
	13.054	21.007	19.076	49.793	102.930

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.891	9.098
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	545	2.049
Contas a receber de clientes	4.381	4.152
Títulos e valores mobiliários	-	346
Indenização por indisponibilidade a receber	15.527	13.509
Depósitos vinculados	3.564	3.609
	30.908	32.763
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	6.586	6.488
Ressarcimentos às distribuidoras	23.991	25.965
Financiamento	59.364	63.959
	89.941	96.412

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	69.470
Juros e variação monetária	5.829
Amortização do principal	(6.175)
Amortização de juros	(5.165)
Saldos em 31.12.2024	63.959
Juros e variação monetária	6.428
Amortização do principal	(6.277)
Amortização de juros	(4.746)
Saldos em 31.12.2025	59.364
Passivo circulante	6.428
Passivo não circulante	52.936
	59.364

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	6.228
2028	6.228
2029	6.228
2030	6.228
2031	6.228
2032 a 2035	21.796
	52.936

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais	59.364

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 60.702, representado por 60.702.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 60.701.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2025, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 777.

c) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2025, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2025, no valor R\$ 7.003.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	26.404	24.529
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	3.476	3.392
Transações no mercado de curto prazo	198	142
	30.078	28.063
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.100)	(1.023)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	26	420
Receita de venda de créditos de carbono	668	-
Receita de indenização de seguros ¹	-	1.351
	29.672	28.811

(1) Mais informações vide Nota 16 - Seguros.

a) Distribuidoras

Em 2025, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 1.419 (R\$ 3.014 em 2024), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Adicionalmente, a Companhia realizou o montante de R\$ 3.321 referente às provisões de ressarcimento registradas em anos anteriores. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2025, apresentava saldos de R\$ 5.642 e R\$ 18.349, respectivamente, no passivo circulante e no passivo não circulante (R\$ 9.496 e R\$ 16.469 em 31.12.2024).

Os ressarcimentos ocorrem anual e quadrienalmente, o ressarcimento anual possui flexibilização de 10%, ocorrendo em função da variabilidade dos ventos e fatores gerais do mercado de energia, entregas menores que 90% da energia contratada são mensuradas anualmente. Por sua vez, o ressarcimento quadrienal tem flexibilização verificada no contexto quadrienal, motivado pelo regime sazonal de ventos. Sendo assim, cada cálculo perdoado no ressarcimento anual é considerado para o quadriênio, assim como é considerado nas energias entregues acima de 100% de cada ano. A valoração é calculada pela diferença mensurada com o maior entre o preço de venda fixado no leilão e o PLD do período de referência. O pagamento é realizado no ano subsequente da mensuração, por meio da redução da receita de venda.

b) Receita de indenização por indisponibilidade

Em 2025, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 26 (R\$ 420 em 31.12.2024) relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Indenização por indisponibilidade a receber”, a qual foi integralmente liquidada em 31.12.2025 (R\$ 346 em aberto no ativo circulante em 31.12.2024).

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	30.078	30.078	28.063	28.063
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.406	3.609	2.245	3.368
Receita financeira	3.565	3.565	3.113	3.113
Receita extraordinária	26	26	420	420
Receita de indenização de seguros	-	-	1.351	1.351
Outros	214	214	-	-
Base de cálculo	6.211	7.414	7.129	8.252
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.553)	(667)	(1.782)	(743)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(1.529)	(667)	(1.758)	(743)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 44.434.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até outubro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 21.461.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2025, era de R\$ 382.910.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption (PDBI)* – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo participa da referida apólice no montante de R\$ 2.382.105 para danos materiais e R\$ 507.259 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.06.2025.

Em 2025 e 2024, houve a confirmação da ocorrência de um sinistro com a cobertura de lucros cessantes. Obteve-se o parecer favorável para o pagamento da indenização concedido pela seguradora, a partir do qual a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Desta forma, foi reconhecido em 2025 o montante de R\$ 0 (R\$ 1.351 em 31.12.2024) relacionado aos lucros cessantes.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2025 foi de R\$ 102 (R\$ 98 em 31.12.2024).

b) Transações entre partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO	RESULTADO			
	Contas a receber	Títulos e valores mobiliários	Fornecedores	Receita operacional líquida	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Compra de energia	Receitas Financeiras
EBC	296	-	142	3.349	-	1.101	-
ENGIE	-	15.527	355	-	-	-	2.018
CLWP III	-	-	-	-	-	49	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	13	-	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	20	-	-
31.12.2025	296	15.527	497	3.349	33	1.150	2.018
31.12.2024	281	13.509	476	3.268	32	1.066	709

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo, e foram firmados em condições negociadas entre as partes.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2025
CLWP XXI	EBC	2038	IPCA	Janeiro e Dezembro	5.874
EBC	CLWP XXI	2038	IPCA	Janeiro	5.517

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2025	2024
Remensuração dos arrendamentos	(384)	1.286
Provisão de desmobilização	243	120
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(310)	(385)
Fornecedores de imobilizado	(4)	(372)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da CLWP Eólica Parque XXI S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Odilon Ferraz Vieira
Diretor Administrativo e Financeiro

Lucas Moura e Rocha
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



Shape the future
with confidence

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 9 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O